ISSN: 0101-6342

### Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 87 – jan. 2020 – jun. 2020

Revista do Ministério Público do RS | Porto Alegre | n. 87 | jan. 2020 – jun. 2020 | p. 1-320

### Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul n. 87 – jan. 2020 – jun. 2020

Diretor da Revista Michael Schneider Flach

Conselho Editorial
Fábio Roque Sbardellotto
Felipe Hochscheit Kreutz
Júlia Flores Schutt
Francisco José Borges Motta
Mauro Fonseca Andrade
Rodrigo da Silva Brandalise
Vinicius de Melo Lima

Conselho de Professores Convidados
Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS
Antônio Carlos Nedel – UNISINOS
Bruno Miragem – UFRGS
Cláudia Lima Marques – UFRGS
Delton Winter de Carvalho – UNISINOS
Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES
Hugo Nigro Mazzili – ESMP-SP
José Rubens Morato Leite – UFSC
Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR
Luís Gustavo Andrade Madeira – PUCRS
Nestor Caferatta – UBA-AR
Patryck de Araújo Ayala – UFMT
Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT
Sandra Cureau – UERG

Presidente da AMP/RS Martha Silva Beltrame

Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 87 (2020)-. –

Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Direito – Periódicos 2. Direito Constitucional – Brasil. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação) Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

# Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Adriana Blaskesi de Almeida Ângela Andressa da Cunha Alves Caroline Vaz Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior Daniela Pires Schwab Ebadan Schaiblich Cardoso Fortes Fernanda Sgarioni Ferrarini Jorge Luís Terra da Silva Kledson Dionysio de Oliveira Liane Maria Busnello Thomé Luís Alberto Thompson Flores Lenz Luiza Fialho Pinotti Magno Gomes de Oliveira Marcelle Rodrigues da Costa e Faria Michael Almeida di Giacomo Nayara Helena de Jesus Silva Patrícia Maldaner Cibils Valerio de Oliveira Mazzuoli Vinícius de Melo Lima

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul n. 87 – jan. 2020 – jun. 2020



Porto Alegre, 2020

#### © dos autores, 2020

Organização Isadora Rey Moura revistadaamprs@gmail.com – Fone: (51) 3254.5324

Revisão Reni Brood presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Editoração eletrônica Nilmara Trindade da Silveira nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

> Direitos desta edição reservados por AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS, www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 90050-191 – Porto Alegre, RS Fone: (51) 3254.5300 amprs@amprs.org.br www.amprs.org.br

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ("INTERNET"), NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR, SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

## **SUMÁRIO**

APF	RESENTAÇÃO	7
DC	FRINA  FAL  EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DOS TEMAS RELACIONADOS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS À LUZ S BALIZAS INTERPRETATIVAS INTRODUZIDAS LA LEI N. 13.655/18: a consensualidade como forma de atingir esultado útil do processo	
NAC	CIONAL	
01	A EXCESSIVA JUDICIALIZAÇÃO DOS TEMAS RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS À LUZ DAS BALIZAS INTERPRETATIVAS INTRODUZIDAS PELA LEI N. 13.655/18: a consensualidade como forma de atingir o resultado útil do processo	9
02	A VIABILIDADE E O BENEFÍCIO DA APLICAÇÃO DOS VALORES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA AUDIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO ADOLESCENTE PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA Daniela Pires Schwab	33
03	AJUIZAMENTO DE ACP PELO PROCURADOR GERAL Luís Alberto Thompson Flores Lenz	45
04	ANÁLISE ECONÔMICA DO CRIME ORGANIZADO: o caso da Penitenciária Modulada Estadual de Osório, RS Nayara Helena de Jesus Silva Vinícius de Melo Lima	57
05	ESTUDO COMPARADO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA "EX OFICIO" ANTES E APÓS A PROMULGAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSSO CIVIL DE 2015 Ângela Andressa da Cunha Alves Ebadan Schaiblich Cardoso Fortes	83

06	OS FILHOS DO PROMOTOR: atuação multiespecializada na luta pela garantia dos direitos fundamentais por meio da justiça restaurativa como complemento a justiça tradicional	103
07	REVISITANDO A RESPONSABILIDADE CIVIL: aspectos relevantes da antiguidade à contemporaneidade pandêmica Caroline Vaz	125
08	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO Adriana Blaskesi de Almeida Liane Maria Busnello Thomé	153
DII	REITO	
CON	NSTITUCIONAL	
09	AFERIÇÃO E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO Valerio de Oliveira Mazzuoli Marcelle Rodrigues da Costa e Faria Kledson Dionysio de Oliveira	183
10	A RACIONALIDADE LIMITADA POR FENÔMENOS RACIAIS Jorge Luís Terra da Silva	221
11	ÂMBITO DE PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	243
12	LIMITES CONSTITUCIONAIS DO HUMOR E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA JURISPRUDÊNCIA Magno Gomes de Oliveira	269
13	O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: efeitos e (in)eficácia de sua declaração  Luiza Fialho Pinotti Fernanda Sgarioni Ferrarini	297

### **APRESENTAÇÃO**

Apresentamos a edição 87 da Revista do Ministério Público, publicação da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O volume em pauta compreende escritos das diversas áreas de conhecimento do mundo jurídico, com destaque para o Caderno de Direito Constitucional.

Dentro do seu novo formato, moderno, atual, voltado para a academia científica e as práticas jurídicas, a nossa Revista pretende selecionar em suas edições temas específicos. Tanto é, que já estamos preparando para os próximos números cadernos temáticos de Ciências Criminais (Direito, Processo Penal e Criminologia) e Urbano Ambiental (Direito Ambiental, Urbanístico e Patrimônio Cultural).

Nossos agradecimentos aos autores e a todos que colaboraram. Boa leitura

> Michael Schneider Flach, Diretor da Revista do Ministério Público